classificados

PUBLICIDADE LEGAL

▼ Câmara Municipal de Santo André

O Presidente da Câmara Municipal faz saber que o Plenário, na 42[®] Sessão Ordinária, realizada no dia 12 de agosto de 2025, aprovou e, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Santo André, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO № 22, DE 13/8/2025

RESOLUÇAO № 22, DE 13/8/2/25
CONSIDERANDO a necessidade de rever o processamento dos pedidos de adiantamento, adequando-o à nova realidade organizacional da Câmara Municipal de Santo André;
CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Eletrônico nº 6849/2023,
REGULAMENTA O REGIME DE ADIANTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 6.668, DE 29
DE JUNHO DE 1990, PARA PAGAMENTO DE DESPESAS URGENTES E EXCEPCIONAIS,
POR NUMERÂRIO OU CREDITO MEDIANTE CARTÃO CORPORATIVO.

Art. 1º Na Câmara Municipal de Santo André, o regime de adiantamento instituído pela Lei nº 6.668, de 29 de junho de 1990, fica regulamentado pelos termos da presente RESOLUÇÃO.

CAPÍTULO I DO PROCESSO DE ADIANTAMENTO

RESOLUÇÃO.

DO PROCESSO DE ADIANTAMENTO

Seção I - Conceito

Art. 2º O regime de adiantamento consiste na entrega de numerário ao servidor e de cartão corporativo, sempre precedido de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam submeter-se ao processamento normal de aplicação.

§ 1º Consideram-se despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação aquelas cuja excepcionalidade e urgência tornem inviável a espera pela ultimação dos procedimentos licitatórios, ainda que através de dispensa, nos termos da LEI № 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 ou que, independentemente mirviável a espera pela ultimação dos procedimentos licitatórios, ainda que através de dispensa, nos termos da LEI № 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 ou que, independentemente da urgência, se enquadrem nas hipóteses provistas nos incisos I, allineas "a", "e" e "", III, v e V lo artigo 3º desta Resolução.

§ 2º A concessão do adiantamento, em qualquer hipótese, não exonera os responsáveis da observância das disposiçõesda legislação federal pertinente a licitações, com as altrações posteriores, aplicáveis ao caso.

Seção II - Das Hipóteses.

Art. 3º Para fins da presente Resolução, são consideradas as seguintes hipóteses:

I- Despesas de pequeno vulto, de pronto pagamento, destinadas exclusivamente ao atendimento de necessidades imediatas, tais como:

a) transporte urbano e pedágio;

b) serviços postais não previstos em contrato preexistente;

c) encadernações, artigos de escritório, desenho, impressos e papéis, em quantidades restritas, para uso e consumo próximo e imediato, não existentes no almoxarifado;

d) artigos farmacêuticos, laboratoriais, hospitalares, higiene e limpeza, em quantidades restritas, para uso e consumo próximo e imediato, não existentes no almoxarifado;

e) refeições rápidas;

f) serviços de autenticação, de reconhecimento de firmas e de cópias que não possam ser feitas na Câmara.

g) materiais eletrônicos, dispositivos para conectividade e internet, artigos de automação, insumos dive

ribuições funcionais; · Despesas de caráter indispensável ao andamento de medidas judiciais, des

V- Despesas de caráter indispensável ao andamento de medidas judiciais, destinadas a atender, nos prazos legais, as determinações judiciais em feitos de interesse da Câmara;
 VI - Despesas com representação do Legislativo, destinadas a atender gastos efetuados pelo Presidente da Câmara ou pelos Vereadores, quando estiverem representando o Legislativo andreense em atos oficiais ou protocolares, no Município ou fora dele;
 VII - despesas de natureza excepcional, devidamente justificadas, expressamente ratificadas pelo(a) Diretor Geral e previamente autorizadas pelo(a) Presidente, não elencadas nos demais incisos, desde que atendidos os requisitos legais.
 Art. 4º As despesas de que tratam os incisos I, alíneas "c" e "d", II e III do artigo anterior somente serão admitidas para materiais e serviços quando devidamente justificada a urgéncia do atendimento pela área requisitante, analisada previamente pela Diretoria Geral e:
 I - Comprovada, documentalmente, através de consulta e atestado do Núcleo de Gestão de Almoxarifado e do Núcleo de Gestão de Patrimônio, a insuficiência de saldo de material ou a inexistência de contrato através do qual seja viável a inclusão do serviço;

a inexistência de contrato através do qual seja viável a inclusão do serviço; I - Após atestado da Coordenadoria de Protocolo e Gestão Documental de que não há solic-

Seção III - Dos Pedidos e do Fornecimento

Seçao III - Dos Pedidos e do Fornecimento Art. 5º Os pedidos de adiantamento devem ser efetuados mediante ofício dirigido ao Presidente da Casa, elaborado de forma clara, concisa e objetiva, sem emendas, rasuras ou entrellinhas, devidamente protocolizado na Coordenadoría de Protocolo e Gestão Documental da Diretoria de Administração, contendo a finalidade e a importância solicitada em valor numérico e por extenso, nome e cargo ou função do signatário. § 1º Os adiantamentos concedidos não poderão ter, em hipótese alguma, aplicação diversa da finalidade prevista no respectivo pedido.

da finalidade prevista no respectivo pedido. § Os adiantamentos mensais, regularmente fornecidos ao Coordenador Operacional e ao Chefe de Núcleo de Serviços Operacionais, serão igualmente solicitados nos termos do

trajur deste aritgo.

Art. 6º Os pedidos de adiantamento serão processados da seguinte forma:

I - Após protocolização, registro e autuação, o processo formado será encaminhado à Diretoria Geral, que, antes de atestar a aptidão, oteterminará as providências necessárias ao atendimento do artigo 4º, se for o caso, ou atestará que o adiantamento está apto a ser atendido dordo loco.

dido desde logo; II - Após atestado da Diretoria Geral, o processo deverá ser encaminhado à Presidência para receber a autorização - uma vez autorizada a concessão do adiantamento, o processo será remetido à Diretoria

de Finanças e Orçamento para empenho e pagamento, mediante entrega do numerário ou crédito no cartão corporativo. Parágrafo único No caso dos adiantamentos concedidos conforme o § 2º do artigo 5º, será

formado, anualmente, um único processo para todos os pedidos mensais.

Art. 7º É vedada a concessão de adiantamento para:

1 - Atender a despesas já realizadas, assim entendidas aquelas realizadas antes do empen ho, exceto em casos de óbito, quando não houver tempo hábil para a solicitação prévia;

Servidor em alcance:

Ino, exceto em casos de obto, quando nao nouver tempo nabli para a solicitação previa; III - Servidor em alcance; IIII - servidor em alcance; IIII - servidor já responsável por 02 (dois) adiantamentos; IV - Servidor com férias ou licenças programadas para o mês subsequente. Seção IV - Do Pagamento Art. 8º Os pagamentos dos adiantamentos serão efetuados em cheque nominal ao servidor, ou mediante crédito no cartão corporativo, mediante recibo de praxe, observado o seguinte: I - Para os processos recebidos na Gerência de Orçamento e Finanças - Coordenadoria de Contabilidade e Gestão Financeira até às 11h00 (onze horas), o numerário estará à disposição do solicitante no mesmo dia, até às 16h00 (dezesseis horas); II - Para os processos recebidos após o horário acima, o numerário estará à disposição no dia seguinte, até às 16h00 (dezesseis horas).

Art. 9º Os valores ou créditos adiantados serão mantidos em numerário na posse do servidor requisitante até a data da prestação de contas.

Art. 10 Em eventos dos quais participarem mais de um servidor é facultada, a critério da unidade solicitante, a concessão de adiantamento a qualquer um deles para atendimento da totalidade das despesas, não isentando todos os demais, entretanto, da corresponsabilidade pela prestação de contas.

Digitally signed by DIARIO DO GRANDE ABC

Date: 2025.08.13 19:14:02 -03:00

Seção v - Dos Limites

Art. 11 Os adiantamentos ficam limitados às seguintes importâncias:

I - Despesas de pequeno vulto: até o valor equivalente a 1.000 (um mil) FMPs;

II - Manutenção de bens móveis: até o valor equivalente a 2.700 (dois mil e setecentos) III - conservação e adaptação de bens imóveis: até o valor equivalente a 5.000 (cinco mil) FMPs;

FMPs;
IV - As demais hipóteses contidas no artigo 3º, as despesas ficam limitadas à 2.259,92 (Dois mil duzentos e cinquenta e nove, noventa e dois FMP - Fator Monetário Padrão). Seção VI - Da Autorização
Art. 12 O atendimento, total ou parcial, de todos os pedidos de adiantamento, será autorizado exclusivamente pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO II

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS Seção I - Disposições Preliminares Art. 13 Efetivado o pagamento, o processo será mantido no Núcleo de Gestão Financeira

Coordenadoria de Contabilidade e Gestão Financeira, aguardando a prestação de contas. § 1º A prestação de contas deverá ocorrer conforme o artigo 19 desta Resolução. § 2º O responsável pelo adiantamento formalizará a prestação de contas no prazo fixado mediante juntada dos devidos comprovantes da despesa, revestidos das formalidades locais incluídos.

Documentos fiscais de emissão obrigatória:

I - Documentos fiscais de emissão obrigatória;
II - Recibos de pagamento, quando a operação envolver pessoas ou entidades dispensadas, por lei, da emissão de documentos fiscais;
III - bilhete de passagem e/ou de pedágio, no caso de viagens.
IV - Comprovante de recolhimento do saldo a devolver, se houver, na forma de comprovante de depósito em conta bancária corrente da Câmara.
§ 3º Consideram-se revestidos das formalidades legais os comprovantes, no original, que contenham, no mínimo, os seguintes elementos, sem emendas ou rasuras:
I - Data de emissão;
II - Descrição do serviço contratado ou mercadoria adquirida que, neste caso, especificará quantidade e valores unitário e total;
III - qualificação do fornecedor;
IV - Sendo o caso, chancela, carimbo ou autenticação mecânica apostos no documento.
§ 4º Exceto no caso do inciso III do parágrafo 2º deste artigo, os comprovantes serão emitidos em nome da Câmara.
§ 5º Para as despessas constantes no artigo 3º, inciso V, desta Resolução, poderão ser aceitas cópias dos comprovantes de despesas emitidas em nome do próprio solicitante ou,

s 9° Fara as despesas constantes no arigo 9°, inciso 9°, desta hesoluçad, poderatos aceitas cópias dos comprovantes de despesas emitidas em nome do próprio solicitante ou, ainda, pessoa diversa deste, desde que diretamente ligada à Diretoria de Assuntos Jurídicos e Legislativos ou à Presidência e devidamente atestada por superior imediato. § 6° Para as despesas de pronto pagamento, cujo valor seja inferior a 25 (vinte e cinco) FMPs, quando não tenha sido possível obter comprovante, deverá ser elaborada relação específica, indicando-se a data, a natureza, a circunstância e o local onde tenha ocorrido

Art. 14 É vedado ao solicitante do adiantamento efetuar o pagamento a si próprio. Parágrafo único A proibição de que trata o "caput" deste artigo estende-se aos correspor

sáveis pelo adiantamento.

Art. 15 O responsável pelo adiantamento responde integralmente por tributos incidentes nas despesas realizadas e para as quais deixar de: I - Obter documento fiscal hábil;

Reter ou recolher tributos, quando estiver obrigado por força de lei

Art. 16 O responsável pelo adiantamento formalizará termo de quitação ou declarará a quitação nos próprios comprovantes de despesa, quando possível, incorrendo em falta funcional se prestar declaração falsa. Seção II - Da Formalização Art. 17 A prestação de contas será juntada ao processo administrativo correspondente ac adiantamento, cóm relatório circunstanciado constando:

I - Nome do responsável: II - Número do processo:

III - Valor adiantado;
III - Valor das despesas efetuadas;
V - Saldo a devolver, se houver;
VI - Data da retirada do numerário no Núcleo de Gestão Financeira;
VII- Data prevista para a prestação de contas;
VIII- relação das despesas efetuadas pela data, em ordem cronológica;
IX - Identificação de cada despesa, com comprovante anexado devidamente atestado verso e com a respectiva declaração de quitação ou termo de quitação;
X- Dados do comprovante de recolhimento do saldo a devolver, se houver;
XI - data, assinatura e carimbo do responsável pelo adiantamento, com visto de seu supe or hierárquico.

or hierárquico. Art. 18 Não serão considerados, para prestação de contas, os comprovantes de d

que:

I - Apresentarem rasuras, emendas ou alterações que prejudiquem a clareza e a exatidão, sem a necessária ressalva do superior imediato;

II - Não forem emitidos em nome da Câmara, exceto nos casos previstos no § 5º do artigo 13 desta Resolução;

III - estiverem em desacordo com a legislação fiscal pertinente.
Seção IIII - Dos Prazos

Art. 19 A prestação de contas dos adiantamentos deve ser efetuada junto ao Núcleo de Gestão Financeira, respeitados os seguintes prazos:
I - 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega do numerário, para as despesas do artigo 3º, incisos I, II, III e V;

II - 10 (dez) dias úteis, contados da data do término do evento, para as despesas contidas

artigo 3º, incisos I, II, III e V; II - 10 (dez) dias úteis, contados da data do término do evento, para as despesas contidas nos demais incisos do artigo 3º. Seção IV - Do Exame e Da Aprovação Art. 20 O Núcleo de Gestão Financeira examinará as prestações de contas, ficando autor

izado a convocar o responsável pelo adiantamento para esclarecimento de dúvidas. § 1º A convocação autorizada no "caput" será realizada mediante notificação no processo, através da ciência do(a) notificado(a), colhida pela Coordenadoria de Comunicações

Administrativas da Diretoria de Administração, para esclarecer dúvidas sobre - Exatidão aritmética e monetária;

ill - outras correlatas, que porventura surgirem. § 2º É proibida a concessão de novo adiantamento ao servidor convocado que, sem justificativa, deixar de comparacer

ficativa, deixar de comparecer.

Art. 21 Ao Responsável pela Controladoria Interna competirá a análise final da prestação de contas, adotando-se as medidas pertinentes, dentre elas:

I - Determinar o recolhimento de importância a ser ressarcida aos cofres Municipais, decorrentes da rejeição total ou parcial das contas apresentadas;

II - Solicitar a instauração de procedimento disciplinar;

III - Considerar cumprida a prestação de contas, determinando o arquivamento do processo. Seção V - Do Ressarcimento

Art. 22 Decorridos 15 (quinze) dias dos prazos previstos para a prestação de contas, bem como nos casos em que forem as contas consideradas total ou parcialmente irregulares, inclusive pela aplicação diversa da finalidade a que o adiantamento fora destinado, terá o responsável:

responsável:

1 - Desconto, em folha de pagamento, do valor a ser ressarcido aos cofres públicos, atualizados monetariamente, mediante autorização prévia;

II - Incidência de juros moratórios, em caráter indenizatório, de 0,5% (meio por cento) ao mês ou trogão.

ou fração.
§ 1º A autorização para desconto em folha, no caso de não cumprimento do artigo 19, será fornecida por declaração no processo no ato do recebimento do adiantamento.
§ 2º Fica respeitado o limite de desconto mensal, estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Seção VI - Do Alcance Caracteriza-se pela não prestação de contas nos prazos estabelecidos no

Seção VI - Do Alcance
Art. 23 O alcance caracteriza-se pela não prestação de contas nos prazos estabelecidos no
artigo 19 desta Resolução ou pela rejeição das contas apresentadas.
§ 1º Considera-se efetivada a prestação de contas quando da entrega dos documentos conforme artigo 13 desta Resolução.
§ 2º O Responsável pela Controladoria Interna terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciação de sociação de processor de controladoria interna terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apre-

ciação dos documentos apresentados na prestação de contas, após o que o servidor poderá ser considerado em alcance caso sejam rejeitados total ou parcialmente os documentos apresentados. Art. 24 Cessará o alcance quando regularizada a prestação de contas. CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 25 Os recolhimentos dos saldos de adiantamento serão escriturados como:

Despesas a anular, quando realizadas no mesmo exercício fiscal;
 Receita eventual, quando realizadas no exercício fiscal subsequente.
 Art. 26 Fica a cargo da Câmara Municipal de Santo André as devidas providências para aten-

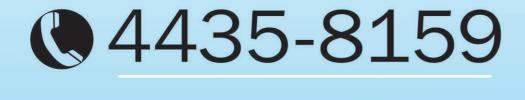
der as condições para a contratação do Cartão Corporativo junto ao Banco do Brasil, com a abertura de conta de relacionamento exclusiva, contrato de prestação de contas, e regulanento da matéria

mento da materia.
Art. 27 Cumpre a Diretoria de Assuntos Jurídicos e Legislativos dirimir as dúvidas e casos omissos que advierem da execução das normas previstas nesta Resolução.
Art. 28 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Santo André, 13 de agosto de 2025, 472º ano da fundação da cidade.
CARLOS ROBERTO FERREIRA

Registrado e digitado na Coordenadoria de Comunicações Administrativas na mesma data e publicado.

e publicado. RAFAEL LOPES PINTO DA SILVA Diretor Geral Proc. CM nº 449/2025 PR nº 1/2025

Para anunciar, ligue:



4435-800



DIÁRIO DO GRANDE ABC

Selicitation so jobattenticar documento em https://camarasempapel.cmsandre_sep.gov/by/dalutentisidade/preferência. Maiores informações: contato com o identificador 3100370030003300380034003A0054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A00540054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A00540054005200 adultivistador 3100370030003300380034003A005400540054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A00540054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A00540054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005400 adultivistador 3100370030003300380034003A0054005400 adultivistador 3100370030003300380034003400 adultivistador 3100370030003300380034003400 adultivistador 310037003000 adultivistador 310037003000 adultivistador 310037003000 adultivistador 310037003000 adultivistador 310037003000 adultivistador 310037000 adultivistador 310037000 adultivistador 310037000 adultivistador 310037000 adultivistador 310037000 adultivistador 31003700 adultivistador 310037000 adultivistador 31003700 adultivistador 31003700 adultivistador 310037000 adultivistador 31003700 adultivist com o identificador 3100370030003300380034003A005400520044009338628777e4varid a Stark and Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

▼ Prefeitura Municipal de Santo André Gerência de Contratos - Secretaria de Aquisição e Contratos - Pc IV Centenário, 1, 13º andar, sl.5º Secretaria de Mobilidade Urbana - ARP 126/25-GC - Processo 13.513/2025 - Detentora: Comercial Thialli Ltda - EPP - Objeto: Registro de Preços para fornecimento de uniformes, calçados e acessórios diversos destinados aos Agentes de Tránsito e servidores da Oficina de Sinalização e Semafórica do Departamento de Engenharia de Tráfego da Secretaria De Mobilidade Urbana. - Item 4: Jaqueta de poliamida (motoqueiro) - Agente de Tránsito - Marca/Fabricante: Astro / Astro - Preço Unit.: R\$ 1.800,00 - Item 7: Conjunto Operacional (calça e camisa) - Sinalização - Marca/Fabricante: Thialli / Thialli - Preço Unit.: R\$ 425,00 - Item 15: Cinto ajustável de poliamida preto - Marca/Fabricante: Thialli / Thialli - Preço Unit.: R\$ 74.84 - Item 17: Botina com elástico - Marca/Fabricante: MR / MR - Preço Unit.: R\$ 515,00 - Item 18: Camiseta malha - Agentes / Sinalização / Semafórica - Marca/Fabricante: Thialli / Thialli - Preço Unit.: R\$ 74.84 - Item 17: Botina com elástico - Marca/Fabricante: Thialli / Thialli - Preço Unit.: R\$ 79.98 - Item 21: Apito - Agente de Tránsito - Marca/Fabricante: Re6/0,00 - Item 19: Capacete - Marca/Fabricante: Peels/Peels - Preço Unit.: R\$ 79.98 - Item 21: Apito - Agente de Tránsito - Marca/Fabricante: Rochet / Rochet - Preço Unit: R\$ 54,94 - Valor Total Estimado: R\$ 641.267,04 - Vigência: 1 ano - Assinatura: 11/08/2025./ Secretaria de Mobilidade Urbana - ARP 128/25-GC - Processo 13.516/2025 - Detentora: Reflex Line Ltda - EPP - Objeto: Registro de Preços para fornecimento de uniformes, calçados e acessórios diversos destinados aos Agentes de Tránsito e servidores da Oficina de Sinalização e Semafórica do Departamento de Engenharia de Tráfego da Secretaria De Mobilidade Urbana - Item 8: Jaqueta nylon - Semafórica do Departamento de Engenharia de Tráfego da Secretaria De Mobilidade Urbana - ARP 129/25-GC - Processo 13.594/2025 - Detentora: Réflex Line - Preço Unit: R\$ 340,00 - Vulor Total Estimado: R\$ 33.

Nos termos do Artigo 141º, Parágrafo 1º da Lei Federal 14.133/2021 e Artigos 19º e 21º do Decreto Municipal 18.236/2024 justifica-se a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamento para quitação de débito em favor de: ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE SANTO ANDRÉ - AESA: R\$ 326.568,12; BANCO DO BRASIL SA: R\$ 318.50; COMPANHA DE GÁS DE SÃO PAULO COMGAS: R\$ 3.821,78; HOSTFIBER COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA: R\$ 6.340,15; INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SANTO ANDRE: R\$ 34.584,47; REDE DE POSTOS 3 IRMÃOS LTDA: R\$ 149.552,93; SANTO ANDRÉ TRANSPORTES-SATRANS: R\$ 56.090,62; SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRE SERVICO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRE CONTROLOGO DE SEMASA: R\$ 11.881,16; SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA: R\$ 80,33; TELEFONICA BRASIL SA: R\$ 10.080,06; UNIMED SEGURADORA S/A: R\$ 51.124,05 por se tratar de despesa inerente à manutenção do bom funcionamento o deficience de despesa para el la companya de despesa inerente à manutenção do bom funcionament da administração pública municipal e dos serviços por ela prestados e vez que o atraso no pagamento, enseja a sus-pensão dos serviços, podendo causar sérios transtornos à administração pública e aos munícipes.

PORTARIA Nº 108, DE 13.08.2025 - GABINETE. Processo Administrativo nº 14.027/2025. O Prefeito do Município de Santo André, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 7.536, de 23 de setembro de 1997, alterada pelas Leis nº 8.252, de 22 de outubro de 2001 e nº 9.462, de 28 de maio de 2013, e com o Decreto nº 16.437, de 14 de outubro de 2013, alterado pelo Decreto nº 17.837, de 10 de dezembro de 2021, Resolve: Art. 1º Nomear os seguintes membros para compor a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, gestão 2026/2027: I - Representantes da Sociedade Civil: Adolfo Celso Relich; Greice Aparecida de Araújo Santos; Betsaida Natállie dos Santos Silva. II - Representantes do Poder Público: Sueli Aparecida Haither; Andréia Aparecida Barbosa da Silva. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, em 13 de agosto de 2025. Gilvan Ferreira de Souza Júnior - Prefeito Municipal. PORTARIA Nº 108, DE 13.08.2025 - GABINETE. Processo

▼ Inst. de Previdência de Santo André

Extrato de Ratificação Dispensa de Licitação - Inexigibi-lidade n.º 003/2025 (Previdência) P.A. nº 572/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Auditoria Renovação da Certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MES nº 185/2015, alterada pala Portaria ME nº (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF n' 577/2017). Contratada: INSTITUTO TOTUM DE DESEN VOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 05.773.229/0001-82). Valor total: R\$ 7.750,00. Funda Legal: Art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021.

Extrato de Contrato nº 007/2025 (Previdência). P.A. nº 572/2025. Contratada: INSTITUTO TOTUM DE DESEN-VOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA (CNPJ: 05.773.229/0001-82). Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Auditoria Renovação da Certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal a dos Municípios (Portaria MPS. 0º Distrito Federal a dos Municípios (Portaria MPS. 0º Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017). Fundamento Legal: Art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021. Vigência: A contar da data de sua assinatura, encerrandose 36 meses após a data da obtenção do Termo de Concessão da Certificação. Valor do contrato: R\$ 7.750,00 Data de assinatura: 13/08/2025. Santo André, 13/08/2025. Fernando Buissa de Barros Gomes - Superintendente.

Secretaria de Administração e Finanças. Portaria(s) assina da(s) pelo Excelentissimo Prefeito Municipal de Santo André. Exonerar a pedido: Port. n.º 1391.08.2025, a contar de 04 do corrente, Nicole Santos de Oliveira, Agente de Desenvolvimento Infantil - SE; Port. n.º 1392.08.2025, a contar de 05 do corrente, Luiz Smynniuk, Professor de Educação Física - SE; Port. n.º 1393.08.2025, a contar de 08 do corrente, Larissa Alves García, Agente de Desenvolvimento Infantil - SE. Portraria(s) assinada(s) pela Secretaria de Administração e Finanças de Santo André. Revogar: Port. n.º 1408.08.2025, a contar de 11 do corrente, Portraria o º 1106.13.2023 (M. dua programa e º 1106.13.2023) a Portaria n.º 1195.12.2023-SIA que prorrogou a licença em vencimentos de Alexia Anarecida Cinriano Souza Professor de Educação Infantii e Ensino Fundamental - SE. Santo André, 13 de agosto de 2025 - Fernanda Kayo Sakaragui, Secretária - Secretaria de Administração e

▼ Câmara Municipal de Santo André

EDITAL DE CHAMAMENTO À POPULAÇÃO DE SANTO ANDRÉ

A Câmara Municipal de Santo André convida os munícipa andreenses a participar de Audiência Pública a ser realiza-da no próximo dia 15 de agosto de 2025, sexta-feira, às 18 horas, com o objetivo de debater assuntos referentes à emana Municipal de Conscientização dos Direitos da Gestantes; discutir, orientar e destacar ações em defesa da

A Audiência será aberta ao público e poderá também ser acompanhada, ao vivo, pelo canal da TV Câmara de Santo André, disponível no YouTube (www.youtube.com) e no site nstitucional da Câmara (www.cmsandre.sp.gov.br). Câmara Municipal de Santo André, 1º de julho de 2025,

472° ano da fundação da cidade. CARLOS ROBERTO FERREIRA Presidente Processo CM nº 4953/2025

▼ Atas

VERZANI & SANDRINI S.A.

CNPJ/MF n° 57.559.387/0001-38 - NIRE 35.300.538.820

PESIIMO DA ATA DE ASSEMBI ETA GEDAT EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29/07/2025

garantia real e fidejussória, em série única, para distribuição privada, no valor total de até R\$ 350.000.000,00, no âmbito de operação de securitização com a Virgo Companhia de Securitização, lastreadas em debêntures de sua 6ª emissão. Autorizada a celebração do Termo de Emissão, Contrato de Distribuição, Contrato de Cessão Fiduciária e lemais documentos, bem como a prática de todos os atos necessários

A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal

A acionista aprovou a 3ª emissão de notas comerciais escriturais, com

à operação. Ratificados os atos da diretoria. **JUCESP** nº 270.165/25-3 em 04/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

imoveis **Estabelecimentos**

4435-8010

Para assinar, ligue:

DIARIO DO GRANDE ABC

▼ Cursos MBA em Administração MATRÍCULAS ABERTAS (11) 4993-7282 posgraduacao@fmabc.br

pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones: (19) 3794-

υμινή/κως, iliculu a dotação orçamentaria e proceder a divisão de competência entre a Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense. - Valor Total: R\$ 960.000, 00 - Vigência: 12 meses - Assinatura: 12/08/2025. Errata - Na publicação de 12/08/2025 - Termo Aditivo 181/25

Processo 5.951/2023 - onde se lê: "Assinatura: 08/08/2025"

leia-se: "Assinatura: 01/08/2025"

leia-se: "Assinatura: 01/08/2025".

Secretaria de Cultura - SC Extrato de Resultado Provisório do Edital 02.05.2025 Premiações PF e PJ Cultura Viva. Fazemos saber a lista de pré-certificados no edital com nome do proponente, agente coletivo e nota. Categoria Premiação - PF: Carlos Rogerio Eustáchio da Silva Cupertino Amorim, Projeto Oficinativa, 97.75; Audrey Manfredini Bessa. Ponto de Cultura no Balanço das Águas, 86.5; Leandro Mendes dos Santos, Centro Cultural de Resistência Andreense - Cecran, 74,25; Petrus Decco Gonçalves, Universidade Popular - Nossa Casa, 64,5; Leonel de Araújo Limeira, Macacolândia, 59,5; Iris Maria das Chagas, Links207, 58,75; Denis Moraes Oyakawa, Centro de Cultura Raiz Popular, 58; Mariah Ferreira Rodrígues Silva, Casa de Exu - Espaço Cultural e Produção Afrodiaspórica, 52,75; Priscila Cristina Apolinário, Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, 50,75; Sueli de Moraes, Cuiabá 153, 50. Categoria Premiação - PJ: Artur Ferreira da Costa, Associação de Capoeira Guerreiros da Ilha, 54. Resultado Provisório da Convocatória 01.05.2025 fazemos saber que não houve proponentes habilitados. Contra a decisão do resultado provisório da etapa de Pré-Certificação caberá recurso à Secretaria de Cultura, nos termos do edital. O resultado completo está disponível no portal culturaZ no link: https://culturaz.santoandre.sp.gov.br/oportunidade/2187/. Para essa seleção atuaram como pareceristas Adlison Ramos de Lima, Marilda Samico da Silva, Marlon Rossiti Florian e Renê Pataro Silva. Santo André, 13 de agosto de 2025, Douglas Leite de Almeida, Secretário de Cultura em exercício.

▼ Serviço Funerário

"O Diretor Superintendente do Serviço Funerário do Município de Santo André, Sr. Valdir Tirapani, no uso de

suas atribuições legais, comunica a quem possa interessa que serão executadas as EXUMAÇÕES das SEPULTURAS TEMPORÁRIAS abaixo relacionadas, do Cemitério Nossa Senhora do Carmo - Vila Curuçá, em Santo André, em vir-

tude do vencimento do prazo de concessão das sepulturas

localizadas nestas quadras, em conformidade com a Lei nº 9.540/2013". Santo André, 12 de agosto de 2025.

Valdir Tirapani Diretor Superintendente do SFMSA

▼ Inst. de Previdência

4º TERMO ADITIVO - CONTRATO nº 010/2021
Processo: 016.06.2021 - CONTRATADA - CLARIANA DE ALMEIDA ASSIS CALDEIRA." inscrita CNPJ/MF, nº 28.692.469/0001-58, inscrição Municipal nº 37225 - Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de gravação, filmagem e armazenamento, em formato HD, via internet, das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas e outros eventos realizados na sede da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra. CONTRATANTE - Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, CNPJ/MF 53.720.785/0001-33 Data Assinatura: 30/07/2025. Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, CLAURICIO

Municipal de Rio Grande da Serra, CLAURICIO GONÇALVES BENTO - Presidente.

oportunidades

MÊS SETEMBRO

de Santo André

QUADRAS

117

de Santo André

empregos&

recepção. Tratar (11) 9.7144-1166 Leilões

Comerciais

Diadema

GALPÃO BAIRRO CASA GRANDE DIADEMA "ALUGUEL C/

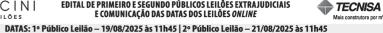
CARÊNCIA" a/c 450 m2

aprox/ zona industrial pé direito 7 metros, escritório 02 banheiros, lavabo e

 PECINI E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

FDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS

INGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária CARORA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS



LTDA. — CNPJ nº 12.263.220/0001-97, com base nos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, os seguintes IMÓVEIS: 1) SALA COMERCIAL Nº 606, LOCALIZADA NO 6º PAVIMENTO, DO "CONDOMÍNIO D/OFFICE", à Rua Orense, nº 41, Diadema/SP. Áreas: Privativa Coberta Edificada: 46,390m², Comum: 40,807m² (coberta edificada de 30,777m² + descoberta de 10,030m²) já incluida a área correspondente ao direito de uso de 01 vaga na garagem coletiva do condomínio; Total: 87,197m²; FIT: 0,0022067. Matrícula nº 59.651 do CR1 de Diadema/SP. Inscrição Imobiliária: 1007311800. Consolidação da Propriedade: 10/07/2025. <u>Valores</u>: 1º Leilão: R\$ 811.763,43. 2º Leilão: R\$ 423.746,59.2) SALA COMERCIAL Nº 607, LOCALIZADA NO 6º PAVIMENTO, DO "CONDOMÍNIO DO FICE", à Rua Orense, nº 41, Diadema/SP. Áreas: Privativa Coberta Edificada: 46,390m²; Comum: 40,807m² (coberta edificada de 30,777m² + descoberta de 10,030m²) já incluida a rea correspondente ao direito de uso de 01 vaga na garagem coletiva do condomínio; Total: 87,197m²; FIT: 0,0022067. Matrícula nº 59,652 do CRI de Diadema/SP. Inscrição Imobiliária: 1007311900. Consolidação da Propriedade: 10/07/2025. Valores: 1º Leilão: R\$ 789.330,77. 2º Leilão: R\$ 424.306,56. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dividas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; 2. O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão (Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; 3. Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado <u>ATÉ</u> as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos <u>APÓS</u> as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. <u>IMÓVEIS OCUPADOS</u>**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; 6. Venda realizada em caráter AD CORPUS. Imóveis entregues no estado em que se encontram; 7. As demais regras, condições e informações constam no EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão a legar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes EDUARDO ROSALEM MARCELINO

CPF nº 166.816.588-06, e ALESSANDRA MONTEIRO ROSALEM MARCELINO — CPF nº 431.498.802-97, comunicados das datas dos lo

digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil